

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 11 DE MAIO DE 1973

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério — Quilse Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quilse Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro
REUNIÕES — As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélis Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quilse Crisostomo — Domicio Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

LEI N. 2-73

Data: 10 de maio de 1973.

Súmula: Concede título de Cidadão Benemérito do Paraná ao General Luiz Carlos Pereira Tourinho.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 28, § 4.º, da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao General Luiz Carlos Pereira Tourinho.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de maio de 1973.

(a) JOÃO MANSUR — Presidente

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 66.ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 11 de Maio de 1973
(Sexta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Jorge Sato, secretariada pelos Srs. Deputados Francisco Escorsin e Borsari Neto.

As 9,30 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Hélio Manfrinato, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Costa, Antônio Maciel, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Domicio Scaramella, Emilio Carrazai, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Losso, Ivo Tomazoni, João Fadel, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Nelson Buffara, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli e Xenofonte Villeneuve (36); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antônio Lopes Júnior, Arizone Araújo, Cândido Martins de Oliveira, Fabiano Braga Côrtes, Iris Caldart, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruct, Olavo Ferreira, Sebastião Rodrigues Júnior, Wilson Brandão e Wilson Fortes (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 162-70, que autoriza a Poder Executivo a criar uma Escola Normal de Grau Colegial, na sede do Município de São Jerônimo da Serra, e dá outras providências. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 162-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Normal de Grau Colegial, na sede do Município de São Jerônimo da Serra, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão à conta da verba própria constante do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 8-5-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Iris Caldart — Relator

Basílio Zanusso

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para segunda-feira, dia 14, às 14.00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 80-71.

Levanta-se a Sessão.

LEI N. 1-73

Data: 10 de maio de 1973.

Súmula: Concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Horácio Sabino Coimbra.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 28, § 4.º, da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao empresário Horácio Sabino Coimbra, ex-Presidente do Instituto Brasileiro do Café.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de maio de 1973.

(a) JOÃO MANSUR — Presidente

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 67.ª Sessão Ordinária
Realizada em 11 de Maio de 1973
(Sexta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados David Federmann e Muggiati Filho.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados:

João Mansur, Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Hélio Manfrinato, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Costa, Antônio Maciel, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Domicio Scaramella, Emilio Carrazai, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Losso, Ivo Tomazoni, João Fadel, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Nelson Buffara, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli e Xenofonte Villeneuve (36); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antônio Lopes Júnior, Arizone Araújo, Cândido Martins de Oliveira, Fabiano Braga Côrtes, Iris Caldart, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruct, Olavo Ferreira, Sebastião Rodrigues Júnior, Wilson Brandão e Wilson Fortes (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
E X P E D I E N T E :

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Borsari Netto, solicitando dispensa da publicação da Redação Final ao Projeto de Lei n. 100-72.

— De autoria do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, solicitando o Regime de Urgência para os Projetos de Resoluções nos 19-73, 20-73 e 21-73.

— de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 53-73.

— de autoria do Senhor Deputado Cândido Martins de Oliveira, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 176-73.

Requerimento

Senhor Presidente:

Na forma em que dispõe o Regimento Interno e no uso de suas prerrogativas, o Deputado que este subscreve requer, após ouvido o Plenário, seja formulado um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Teodoro Keppel, ocorrido no dia 9 do corrente mês.

O extinto, pessoa de real prestígio em todos os círculos comerciais da cidade de Porto União da Vitória, onde exerceu as funções de Coletor Federal, mereceu de sua honradez e de sua honestidade, grangeou a simpatia de todos quantos privaram de sua amizade.

Requer, finalmente, que da manifestação da Casa seja dado ciência à família enlutada, através expediente próprio.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1973.

(a) Domicio Scaramella

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer consultado o Plenário, seja encaminhado veementemente apelo à Presidência do Banco do Estado do Paraná S.A., no sentido de ser instalada, com a possível brevidade, uma Agência do referido estabelecimento oficial de crédito na sede do Município de Capitão Leônidas Marques, considerando-se que a mais próxima existente dista mais ou menos 100 quilômetros daquela cidade, obrigando os seus habitantes a terem que se deslocar, com dificuldades e sacrifícios, além de prejuízos financeiros com viagens, para poderem cumprir os seus compromissos, o que, absolutamente não mais se justifica, dado o desenvolvimento e progresso daquele Município.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1973.

(a) Lázaro Dumont

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, requer o envio de cópia do discurso proferido da Tribuna na Sessão do dia de hoje, bem como os apartes oferecidos ao mesmo, ao Sr. Secretário da Agricultura.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1973.

(a) Basílio Zanusso

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, Professor Delfin Neto, solicitando, ao Paraná, liberação imediata das cotas de exportação de milho, em montante não inferior a 1.000.000 de toneladas.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1973.

(a) Borsari Netto

JUSTIFICATIVA:

A safra paranaense de milho para o corrente ano é prevista em cerca de 3.350.000 toneladas, tendo sido liberada para exportação somente uma cota de 100.000 toneladas.

O Paraná na safra 70-71, exportou 901.000 toneladas de milho não se justificando, portanto, a redução na cota.

A liberação de apenas uma cota de 100.000 toneladas vem gerando indefinição do montante total a exportar e como consequência impossibilidade de comercialização regular com o Exterior, pois as firmas exportadoras não podem fechar contratos que, em geral, são limitados no mês de maio.

Esses fatos ocasionam também a falta de interesse na comercialização interna e sensível retração no movimento do Porto de Paranaguá, inclusive comprometimento da racional mobilização do sistema de transporte.

A retração da exportação na próxima safra trará, por certo:

a) — prejuízos para os proprietários de caminhões, para o comércio ao longo das rodovias de escoamento e para Rede Ferroviária S.A.;

b) — problema social na área do Porto de Paranaguá, já que o milho é o principal produto na movimentação daquele porto;

c) — falta de condições de armazenamento para o milho dada a elevada produção de arroz e soja;

d) — desestímulo ao novo plantio de milho.

A imediata liberação das cotas de exportação, que pleiteamos, em contra

partida, virá de encontro à sadia política que pretende desenvolver o Secretário da Agricultura, Senhor Nelson Brandão, estimulando a cultura de planta intercalar e de aproveitamento de áreas, como é o milho, favorecendo, também, os pequenos agricultores ou porcenteiros.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais: Considerando:

- 1 — que as zeladoras recebidas encontravam-se em atraso de seus pagamentos desde janeiro do corrente ano;
- 2 — que, no último dia 8 elas receberam o pagamento referente a janeiro;
- 3 — que juntamente com pagamento de janeiro foi descontado parcela correspondente a contribuição do I.P.E.

Requeiro à Mesa, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Sr. Superintendente do Instituto de Previdência do Estado, solicitando informações, no sentido de esclarecer como se procedeu o referido desconto, uma vez que as zeladoras não estavam sendo beneficiadas com a previdência prestada por aquele Instituto.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1973.

(a) Maurício Fruct

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, tendo sido designado por esta Casa para compor, como Membro, Comissão representativa a reunião da Associação Paranaense dos Cafeicultores a realizar-se em Londrina, Requer, ouvido o Plenário, seja o seu nome substituído, na mencionada Comissão, pelo do Ilustre Deputado Lázaro Dumont.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1973.

(a) Muggiati Filho

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n. 85-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio através da Secretaria de Obras, com a Prefeitura do Município de Flórida, a fim de construir um prédio para a Delegacia de Polícia, na sede do Município.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1.973.

(a) Quiélse Crisóstomo

JUSTIFICATIVA:

A Delegacia de Polícia do Município de Flórida está funcionando em prédio com condições muito precárias, daí o presente Plano de Lei que esperamos seja acolhido por esta Casa.

Projeto de Lei n. 86-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio através da Secretaria de Obras, com a Prefeitura do Município de Santo Inácio, a fim de construir um prédio para a Delegacia de Polícia, na sede do Município.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1.973.

(a) Quiélse Crisóstomo

JUSTIFICATIVA:

A Delegacia de Polícia do Município de Santo Inácio está funcionando em prédio com condições muito precárias, daí o presente plano de Lei que esperamos seja acolhido por esta Casa.

Projeto de Lei n. 87-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio através da Secretaria de Obras, com a Prefeitura do Município de Lobato, a fim de construir um prédio para a Delegacia de Polícia, na sede do Município.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1.973.

(a) Quiélse Crisóstomo

JUSTIFICATIVA:

A Delegacia de Polícia do Município de Lobato está funcionando em prédio com condições muito precárias, daí o presente Plano de Lei que esperamos seja acolhido por esta Casa.

Projeto de Lei n.º 88-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Espirita São Francisco de Assis de Amparo aos Necessitados, com sede em Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1973.

(a) — David Federmann

JUSTIFICATIVA:

A Entidade que propomos seja declarada de utilidade pública, há mais de cinquenta anos vem prestando serviços beneméritos e desinteressados à população pontagrossense, através de um efetivo atendimento espiritual, cultural e assistencial ao povo. A sua Diretoria não percebe remuneração e está a Sociedade devidamente registrada, conforme poder-se-á verificar de seus Estatutos anexos ao presente. Esperamos contar com o apoio de nossos nobres Pares para a aprovação da presente Proposição.

Projeto de Lei n.º 89-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Ficam abonadas as faltas dos alunos dos colégios e escolas

de nível superior do Estado, quando estiverem participando de competições esportivas oficiais.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1973.

(a) — Antonio Belinati.

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei visa, sobretudo, incentivar a classe estudantil paranaense com vocação para esporte. Vem ocorrendo, em diversas escolas tanto secundárias como superior, que seus diretores não abonam as faltas dos atletas selecionados para diferentes competições esportivas. Muitos acabam deixando de mostrar seu talento, preferindo não perder as aulas para não serem prejudicados ao final do ano. Esporte é cultura. O mínimo que se poderá dar ao tão sofrido atleta paranaense, que já participa dos torneios normalmente sem ajuda financeira, é exatamente o abono de suas faltas nas escolas que integram a rede estadual de ensino do Paraná. Caso contrário, a preocupação governamental em incentivar o desporto jamais terá ressonância no nosso Estado, como consequência da incompreensão dos dirigentes dos estabelecimentos de ensino, que estão tendo este comportamento pela falta do presente instrumento legal.

Projeto de Lei n.º 90-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a reverter a Prefeitura Municipal de São Jorge do Ivaí, os lotes de terra de nos 1 — 2 — 3 — 4 — 5 — 24 e 25, localizados na quadra 14, da Vila São Joaquim, com área total de 3.083 metros quadrados na cidade de São Jorge do Ivaí tendo em vista a sua não utilização pelo Estado ao fim a que se destinavam.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1973.

(a) — Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

A doação do Município, ao Estado do imóvel em questão (conforme Certidão anexa), objetiva a construção de Unidade Escolar de 1.º grau. Considerando, que essa mesma obra já fora construída em outro local e estando em pleno funcionamento, pretendemos, através o presente Plano de Lei revertê-lo à Prefeitura Municipal de São Jorge do Ivaí a fim de construir e instalar uma Fábrica de Tubos e Meio Fios.

Espero contar com o beneplácito de meus Ilustres Pares, para com isso dar atendimento aos apelos dos Senhores Vereadores e Prefeito Municipal.

O SR. PRESIDENTE — Esta finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Igo Losso. — (Pausa). Encontrando-se ausente, o sr. Deputado Igo Losso, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LAZARO DUMONT — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Um dos constantes apelos que recebemos do interior paranaense, principalmente dos pequenos Municípios, é a criação de uma agência bancária para obterem seus financiamentos.

Em vários Municípios do Estado do Paraná, lamentavelmente, não conta com uma agência, o que vem prejudicar o desenvolvimento dos Municípios e principalmente, causar sérios prejuízos à pessoa interessada em receber o seu financiamento, que muitas vezes tem que se deslocar vários quilômetros para obter aquilo que lhe é de direito.

É o apelo que temos recebido dos vários Municípios do Paraná, como é o caso de Tuneiras do Oeste, de Vitorino, Leônidas Marques, Ortigueira. São muitos os Municípios que estão reivindicando e já inúmeros Deputados fizeram apelos por esta Casa mui especialmente a direção do Banco do Estado do Paraná para que seja criada uma agência bancária nessas localidades para que possa ajudar ainda mais o desenvolvimento daqueles Municípios. Por este motivo fizemos um requerimento que será submetido à Mesa pedindo providências neste sentido. Estamos fazendo um apelo também ao Banco do Estado do Paraná, para que dentro das possibilidades, estude uma maneira de criar uma agência do referido Banco nas sedes dos Municípios que ressentem da necessidade de um atendimento bancário à altura das suas necessidades.

Neste momento estamos pleiteando a criação de uma agência bancária para Cap. Leônidas Marques porque a pessoas interessadas tem que se deslocar aproximadamente 100 quilômetros para vir a Cascavel ou então a Capenema, que além da distância de 100 quilômetros, tem a travessia do Rio Iguaçu, que em épocas de chuvas torna quase impossível a travessia pela balsa que oferece precárias condições de atendimento. Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito sr. Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Encaminhamos à mesa Projeto de Lei, abonando as faltas dos estudantes de colégios que estejam em disputa de convenção esportiva de natureza oficial.

Ainda agora, estamos vendo os jogos universitários do Paraná, com os estudantes seriamente prejudicados porque ficarão com faltas em sua frequência, em virtude da intransigência de alguns diretores em não abonar a falta do estudante atleta, que tenha sido convocado para esta competição oficial.

Esperamos que este projeto que ora apresentamos à mesa, venha beneficiar quem sabe, com o incentivo do Poder Legislativo, o estudante atleta porque esporte é realmente cultura. É a necessidade pois do Poder Legislativo fazer com que através de instrumento legal, os nossos atletas venham participar de todas as competições oficiais.

Sr. Presidente e srs. Deputados.

As zeladoras contratadas do Paraná, percebiam um miserável salário de 142 cruzeiros por mês doravante passarão para 165 cruzeiros por mês. Porém, as zeladoras que ficaram quatro meses sem receber seus vencimentos

no interior paranaense, quando receberam a notícia da chegada do pagamento, foram alegres, jubilosas, porque finalmente receberiam novos vencimentos já dentro do espírito do Governo, de corrigir uma injustiça social de dar às zeladoras um ordenado que mereçam. E para decepção de toda a classe, para tristeza de cinco mil e seiscentas zeladoras contratadas do Paraná, em vez de receberem mais, elas que ganhavam 142 contos, elas que vinham há anos pleiteando um ordenado justo porque afinal de contas, Getúlio Vargas este grande estadista brasileiro, deixou no Brasil a Consolidação das Leis do Trabalho, que determina o pagamento do Salário Mínimo para todo o cidadão brasileiro. No mínimo esse salário, o "salário mínimo". E no Paraná, sr. Presidente, as zeladoras, ao invés de continuarem recebendo 142 cruzeiros por mês agora protegidas que estão, passaram para 133 cruzeiros.

O Paraná, o único Estado em que o ordenado base, ao invés de acompanhar a inflação, ao invés das autoridades estaduais não ignorarem a Consolidação das Leis do Trabalho, eles reduzem o quantum em dinheiro é percebido por uma servente contratada. É bem verdade que agora existe o IPE; mas também existe o seguro e a zeladora não tem condições de sobreviver, ganhando 133 cruzeiros por mês. E gostaríamos aqui, Sr. Presidente, de lembrar que várias zeladoras estão entrando na justiça para fazer prevalecer seus direitos e já tiveram casos no Paraná em que a Justiça deu ganho de causa para as serventes que entraram com a reclamação trabalhista. Se o Governo se mostra intransigente em continuar burlando a Lei, continua passando por cima de uma Lei que não é só do Paraná, mas uma Lei Federal, a do Salário Mínimo estas serventes estão certas em reclamar o seu direito na Justiça do trabalho. Porque ninguém, diante da Lei, poderá ganhar menos do que o Salário Mínimo, em qualquer Estado.

E de se lamentar que uma classe tão laboriosa que tanto sofre, se vê obrigada a contratar um advogado, a pagar um advogado e levar a sua reclamação até a Justiça porque os apelos feitos através da Tribuna dessa Assembleia, os apelos feitos por vários srs. Deputados, os apelos feitos pelas entidades de classe que congregam as serventes, não foi ouvido pelo Governador do Estado do Paraná. É de se condenar o comportamento do Sr. Governador do Estado que não deu a menor atenção para um reclamo tão justo e tão sagrado, desrespeitando violentamente uma lei superior, que é a da CLT. E continuaremos aqui lutando para que os direitos das serventes possam ser atendidos pelo Governo do Estado e se o Governo do Estado continuar se mostrando disposto a não atender a estas reclamações, pagando agora, ao invés de 142 cruzeiros, apenas 133 para uma servente, nada melhor do que a própria justiça para que esse direito sagrado possa ser respeitado e possa ser preservado. E se o comportamento da Justiça vier realmente dentro de todos os requisitos da Lei, o Governo do Estado do Paraná será obrigado a pagar inclusive a diferença dos atrasados daquelas que já estiverem contratadas há dois anos, de acordo com o salário mínimo.

O SR. PRESIDENTE — Esta presidência informa que lhe resta apenas um minuto para concluir seu discurso.

O SR. ANTONIO BELINATI — Agradeço sr. Presidente, mas já fizemos o nosso protesto contra esta absurda decisão do Governo que pagava 142 cruzeiros e agora passou a pagar 133 cruzeiros às zeladoras. Obrigado, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito. Sr. Deputado Quielse Crisóstomo.

QSR. QUIELSE CRISOSTOMO — Sr. Presidente, srs. Deputados. Não poderia me furtar ao dever, primeiro de consciência e segundo de obrigação leitoral, quando um Prefeito ou vários Prefeitos chegam até nós e exigem que, assumando a esta Tribuna, façamos um agradecimento aos bons atendimentos de alguns setores da administração pública. É sabido das dificuldades e até mesmo dos problemas que surgem com relação a alguns Secretários, e agora dizemos alguns ex-Secretários que não só deixavam de atender, mas que, quando atendiam faziam absoluta questão de caracterizar um atendimento apolítico para que nós Deputados não pudessemos desfrutar de alguma coisa, como se algum fruto pudessemos ter, de um bom atendimento de algum Secretário de Estado.

Mas, se alguns Deputados vieram a esta Tribuna algumas vezes para fazer comentários com relação a algum mau atendimento da administração pública, vimos hoje, por determinação imperiosa de quatro Prefeitos de nossa região para dizer que, comparecendo à Secretaria de Segurança Pública, fazendo aquelas reivindicações costumeiras nas quais nem sempre são atendidos, receberam não só o atendimento eficiente, mas acima de tudo, frisaram os Senhores Prefeitos receberam um atendimento carinhoso e dedicado na Secretaria de Segurança Pública e principalmente do Diretor da Diretoria de Polícia Civil nosso amigo tão conhecido de todos, Dr. Noronha.

Então, quando encaminhamos projeto de Lei para convenios que deverão ser celebrados entre Municípios e o Estado para a construção de Delegacias ou para a aquisição de viaturas em manutenção e auxílio mútuo, queremos deixar registrado o bom atendimento da Diretoria de Polícia Civil.

Está de parabéns a Diretoria de Polícia Civil estamos nós de parabéns e sinto-me deveras obrigado a reproduzir a vontade dos líderes de minha região, dizendo muito obrigado, desta Tribuna, a um setor da administração pública que não só está atendendo bem como já disse, como está respondendo com a execução do convenio no atendimento no fornecimento de viaturas de boa qualidade, tanto que os Prefeitos de Florianópolis, Astorga, Lobato, Colorado e Guaraçu fram atendidos na Diretoria de Polícia Civil e pediram a mim para que elaborasse o convênio, entrasse com o projeto e desse conhecimento ao Governo do Estado para que oferecesse quando viessem das Prefeituras a autorização das Câmaras Municipais já estivesse pronta a autorização da Assembleia para que o Governo procedesse a elaboração desses convenios.

Sr. Presidente, srs. Deputados. aproveitando esta passagem pela Tribuna da Assembleia, quero agradecer a Secretaria de Saúde Pública que principalmente nestes dois últimos meses, está dando um atendimento todo especial às Unidades Sanitárias. E eu que pertencio ao Quadro da Secretaria de Saúde e conheço as dificuldades orçamentárias daquela Secretaria, e muito particularmente o Departamento de Unidades Sanitárias que tem sob sua responsabilidade o atendimento de mais de 200 Municípios, para fornecimento de medicamentos, inclusive tem fornecido geladeiras para que se possa manter por mais tempo as vacinas e outros materiais perecíveis, e esse procedimento mereceu deste Parlamentar, que não está habituado a fazer

bajulações, um agradecimento no devido momento, como testemunha da efetiva atuação do Departamento de Saúde e, muito particularmente do Departamento de Unidades Sanitárias.

Era só, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Igo Losso.

O SR. IGO LOSSO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

É com satisfação que aqui estamos, mais uma vez, nesta Tribuna para nesta oportunidade expressarmos o nosso mais vivo contentamento pelo restabelecimento da ligação Curitiba-Guaqueçaba, através da ponte que ali se fazia necessária, uma vez que há cerca de três meses as grandes enxurradas, as grandes enchentes, haviam provocado uma situação de completo isolamento daquele progressista município que indubitavelmente, haverá de ser dentro em breve, um dos celeiros que produzirá viveres para toda Curitiba e sua região metropolitana. Esse trabalho se fazia necessário e tivemos a oportunidade, como Representante que somos daquele município, de solicitar juntamente com o Prefeito Salim do Carmo, providências junto ao DER para que aquele trabalho que estava se realizando com muita morosidade fosse concluído. E assim também esperamos que dentro de poucos dias, se restabeleça a linha de onibus daquela localidade, porque isso trará benefícios imprescindíveis. Porque, até há bem pouco, só havia possibilidade dos veículos chegarem a Tacassaba, ficando distantes da sede do Município.

Portanto, queremos demonstrar, aqui o nosso contentamento pela promessa do Diretor, bem como do Secretário dos Transportes de que dentro de pouco tempo estarão sendo iniciadas as obras das estradas que irão de Serra Negra — Cacatu-Guaqueçaba; Guaqueçaba-Serra Negra, numa extensão de 74 quilômetros. A realização desse trabalho representa para Guaqueçaba a ligação com diversas colonias, o que proporcionará o progresso daquele Município que, há bem pouco, estava completamente desligado da civilização; ou podemos dizer Paranaçu e às outras praias do nosso Estado através de via marítima. De forma que essa medida vem, efetivamente, dinamizar aquele Município que está sendo sabiamente conduzido pelo novo Prefeito, sr. Salim do Campo, que por muitos anos ocupou a Presidência do Legislativo daquela comuna.

Assim é que, nesta oportunidade, não poderíamos deixar de manifestar nossa satisfação, uma vez que o projeto já se encontra em fase de elaboração e de acordo com o plano do DER da Secretaria de Transportes, essas obras devem ter início no máximo dentro de 60 dias.

Essa nossa satisfação não poderia deixar de ser manifesta neste momento porque estamos aguardando e esperando a realização daquela obra, para que o povo de Guaqueçaba tenha realmente essa estrada que tanto se faz necessário. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Inicialmente quero endossar as palavras pronunciadas pelo eminente Deputado Quielse Crisóstomo, com referência à Diretoria da Polícia Civil, que vem funcionando perfeitamente, procurando reequipar as Delegacias do interior. Com satisfação tenho recebido comunicações de Prefeitos do interior, pertencentes à minha região, sobre o atendimento perfeito que vem recebendo daquela Diretoria. Muitas vezes quando o Prefeito vem procurar um material uma máquina, um arquivo, esse material já foi encaminhado antecipadamente para a Região a fim de atender a Delegacia do Município.

Mas sr. Presidente, srs. Deputados, ocupo a Tribuna neste momento para dar um esclarecimento ao sr. Deputado Antonio Belinati. Poderia ter dado esse esclarecimento num aparte, porém o Deputado usava da palavra no Pequeno Expediente quando não são permitidos apartes.

Mas quero fazer justiça ao caso das serventes. É um assunto que muito nos interessa. Já tivemos oportunidade em reunião da Associação das Serventes de Londrina, junto com o Deputado João Mansur e o deputado Mauricio Fruct da Bancada do MDB de analisar a situação. Estivemos também na Secretaria de Educação tratando do caso das serventes que não recebiam pagamento e quando recebiam, era uma importância irrisória. Depois de muita luta, muito trabalho conseguimos com que as serventes fossem enquadradas como verdadeiras funcionárias do Estado e fossem enquadradas na Previdência Social porque essas funcionárias, recebidas contratadas, nada disso tinham nenhuma garantia recebiam.

Depois de muito trabalho e a morosidade é preciso que se ressalte, do ex-Secretário que julgo o responsável pelo atraso do pagamento das serventes precisamos agora dar um crédito de confiança por mais alguns dias para que o novo Secretário ponha em dia o pagamento. E elas que recebiam 142 cruzeiros, sem qualquer garantia, passarão a receber salário — hora que dá de acordo com o salário mínimo 265 cruzeiros. Feitos alguns descontos que serão só no 1.º ano, para seguro e registro no IPE, passarão a receber 183. Mas com o aumento do salário mínimo terá que haver um reajuste e já está sendo estudado um melhor salário para as serventes porque com o levantamento que está sendo feito, a Secretaria está tomando conhecimento de que elas não trabalham 5 horas, porém 8 horas por dia.

Eram esses os esclarecimentos que queria prestar que se elas percebem agora 183 cruzeiros, é dado aos descontos feitos para enquadrar na Previdência Social. E com o reajuste elas receberão um salário adequado de acordo com os estudos que estão sendo feitos.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, para o Grande Expediente, ao Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados.

Venho mais uma vez a esta Tribuna, para discorrer e para falar de uma campanha que entendo seja ela de muita importância econômica para o Estado. Trata-se da campanha de erradicação do cancro cítrico.

Como sabem, Srs. Deputados, porque já estiveramos aqui em outra oportunidade, em duas oportunidades anteriormente, e como da mesma forma e sobre o mesmo assunto também outros Deputados fizeram uso da palavra, nós estamos com quase 2/3 do Estado do Paraná interditado, impedido proíbido de se fazer o plantio e replantio das árvores cítricas, e o pior que isso, a disseminação do cancro cítrico é violenta, a ameaça que paira em todo o Estado, mas especificamente em todo o Sul e o resto do Paraná é iminente, e a campanha de erradicação em nosso Estado, ela é feita com poucos recursos, de

maneira que não tinge o seu objetivo e seu fim, através da Secretaria da Agricultura.

E o que é que nós observamos?

Também sabem os Srs. Deputados — enquanto nós temos em toda a área interdita parte apenas dos Municípios já erradicados, há Municípios que não foram visitados por essa campanha, porque ela não atende, como disse, o seu objetivo principalmente pelos recursos, que são pequenos.

Ora, como pode se entender, em se tratando desse mal que está grassando o Paraná inteiro, ameaçando a nossa economia e pior que isso, trazendo prejuízos — e não é de agora, já de há muito tempo — prejuízo econômico e social vultoso?

É preciso que a Secretaria da Agricultura tome agora, de imediato, providências sérias e objetivas nesse sentido, para que se coloque fim a esta campanha e a esta ameaça. Se nós continuarmos a verificarmos e a presenciarmos de braços cruzados esta campanha como está, nós teremos ainda, quem sabe, quantos anos o Paraná todo interdito, sem sabermos ao certo e quando poderemos voltar a plantar e replantar a árvore citrica nos pomares. Como o problema é do Ministério, é também nosso, muito mais que isto. O problema é paranaense. Quem está perdendo economicamente com isto e muito, somos nós. Então a solução quem deve procurar, somos nós. A Secretaria da Agricultura, que infelizmente até hoje — que seja do meu conhecimento — não mandou para esta Casa sequer um ofício, u'a manifestação, qualquer coisa que dissesse respeito a esta campanha, de braços cruzados acha-se a Secretaria, até então.

Não pode continuar assim, e acreditando, agora com a presença do atual Secretário da Agricultura...

O Sr. Quilese Crisóstomo — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Inicialmente, gostaria de me congratular com V. Exa. por este feliz pronunciamento porque realmente quando nós iniciamos a exportação do produto da matéria prima procedente de frutas cítricas mais particularmente, da laranja, nós que normalmente nos defrontamos com este problema de erradicação dos pomares, eu como representante que pretendo ser de um dos municípios do Sul do Paraná que mais produz laranjas, não podemos deixar de congratular com V. Exa. e estar junto de V. Exa. em algum trabalho, em alguma idéia, em alguma sugestão que possa realmente ajudar V. Exa. num pronunciamento que venha de encontro à expansão ou à proteção das frutas cítricas do nosso Estado.

Gostaria, nobre Deputado, complementando o meu aparte de dizer que não bem a Secretaria da Agricultura mas o órgão vinculado à Secretaria da Agricultura, a ACARPA, não está de todo alheia ao problema. Tenho conversado com o Dr. Tulio a respeito da zona que seria a zona de frutas cítricas, e constatei que a sua grande preocupação incide exatamente neste problema do cancro citrico, da erradicação das frutas cítricas onde feria de maneira prejudicial à planificação que esta entidade pretende executar porque elaborando já está o plano, visando a industrialização e a exportação da matéria prima. Era o aparte.

O SR. BASÍLIO ZANUSO — Agradeço o aparte valioso de V. Exa. e me congratulo com V. Exa., porque quer me parecer que o problema tem sido debatido e estudado também pelo Ministério da Agricultura, que em muito tem se interessado pelo plantio e replantio dessas frutas, especificamente, da laranja.

Agradeço a V. Exa., quando diz que se colocará ao nosso lado, porque realmente o problema não diz respeito somente a um Deputado mas à toda Casa. V. Exa. disse bem, do mal que causa esta doença. Os países que têm frutas cítricas, estão proibidos de exportar essas frutas para o exterior. Os países europeus principalmente, os maiores consumidores, não adquirem frutas que tenham esta doença. Portanto, eu me referia à presença do atual Secretário da Agricultura, homem vindo do interior, que vive e convive com os problemas interioranos, conhecendo bem, é o motivo que anima vir mais uma vez falar sobre o assunto.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Basílio Zanusso, V. Exa. traz um assunto de suma importância, nesta manhã. V. Exa. bem sabe que no ano passado enderecei um expediente a S. Exa. o Sr. Ministro da Agricultura, fazendo um apelo para que liberasse aquela fiscalização em Mauá e que dividia parte do do Estado na qual eu não via nenhuma vantagem. Dizia isto porque tenho conhecimento que em várias regiões do Paraná se usou a erradicação de várias comarcas e iniciou em seguida, paralisou; ficaram aqueles produtores impossibilitados de plantar outra vez, quando permaneceram as árvores de pé; estão lá as frutas, principalmente a laranja que não pode ser trazida a Curitiba, tem que ser jogada fora.

Parece que o Ministério da Agricultura veio com o endereço errado ao Paraná; porque quando ele deveria procurar a Secretaria da Agricultura para a erradicação dos pés contaminados, fizeram um convênio com a Secretaria de Segurança Pública, para impedir o transporte dentro do Estado do Paraná; o que nenhum benefício está trazendo. Se é preciso e queira continuar com esta fiscalização, que complete, firmando um convênio — e aí vai meu aparte, para que V. Exa. que muito tem interessado pela erradicação do cancro citrico, em nosso Estado, dirija um apelo ao Sr. Secretário da Agricultura, que entre em contacto imediato com o Ministério da Agricultura, para que haja um convênio e possa completar de uma vez por todas uma erradicação em nosso Estado, implante uma fiscalização mas que num determinado prazo se possa voltar a efetuar o plantio; porque se continuar como está vai acontecer que continuaremos sempre e cada vez mais importando frutas de outros Estados, principalmente as frutas cítricas, porque não teremos mais condições de produzi-las. É preciso que haja então erradicação completa dentro do prazo determinado, para que possa autorizar o plantio e o Paraná possa voltar a produzir as frutas selecionadas que temos condições de produzir. Obrigado.

O SR. BASÍLIO ZANUSO — Agradeço as palavras de V. Exa. porque conhece, como eu, a campanha do mau que está aí e da importância para o Estado.

Realmente V. Exa. apresentou já há algum tempo, um Requerimento que pedia a supressão da fiscalização do transporte, da remoção dos frutos e das mudas cítricas. E o Requerimento, quer parecer, que seu objetivo fosse esse apenas, a extinção pura e simples da fiscalização; devo ter votado com V. Exa. Mas, quero confessar que não está aí a solução; a fiscalização, somos por ela, mais do que está; mas que seja efetiva, oportuna; que tenha um objetivo concreto; não se pode admitir — e ainda li agora, numa publicação de "O Estado do Paraná", de 13 de abril, em que dizia da campanha e de seus controles e que diz a nota: existem na Polícia Rodoviária 19 viaturas à disposição dessa fiscalização. Quero me manifestar contrário. Acho absurda a fiscalização volante. Como pode uma viatura, um automóvel procurar uma outra viatura que esteja transportando, por acaso, a laranja, o limão ou uma muda? Acho absurdo existir uma fiscalização volante, da mesma forma que não se compreende a fiscalização fixa, como disse V. Exa., quando a campanha, a erradi-

cação, o corte dos pomares e verificação da rebrota não se faz eficazmente. Não se pode fazer a coisa de cima para baixo.

Deve primeiro organizar a campanha da erradicação em si para depois fazer a fiscalização. Conheço bem o Estado de São Paulo, onde os postos fiscalizam os transportes, a remoção do fruto e plantas.

O Sr. Quilese Crisóstomo — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Com a devida vênia, mas para que seja no momento oportuno, quero crer que a felicidade dos seus argumentos já começam a perecer porque conheci alguns técnicos do Ministério da Agricultura que trabalharam com ardor e com eficiência e que devem ainda estar trabalhando, porque nos últimos 30 ou 40 dias perdi contacto, para ser sincero. Mas, acompanhei o trabalho dos técnicos do Ministério da Agricultura, quanto à erradicação. Discordei também da maneira, do excesso de ação coercitiva e recebi uma explicação do Dr. Walter Sampaio, Engenheiro-Agrônomo que chefiava a região Norte do Paraná na erradicação do cancro citrico. Em alguns dados, entre outros em que me falha a memória, dizia que a fiscalização, o rigor da fiscalização naquele momento era porque não havia outra melhor medida para a oportunidade. Porque reconhecer o cancro citrico na fruta era possível. Então deveriam fazer com que não se disseminasse mais a doença e a forma não poderia ser outra a não ser evitando o comércio e a distribuição do produto tanto de fora para dentro, como de dentro para fora. Isto mais particularmente em relação a São Paulo e Paraná. Devo, neste momento, discordar parcialmente de V. Exa. quanto à eficiência do serviço organizado naquela época e para que possamos dirimir dúvidas, porque quero crer que nem V. Exa. nem eu somos técnicos no assunto, porque a nós é devida a representação popular e podemos ser técnicos em alguns assuntos, não em todos. Quero crer que o comportamento que tivemos quando da polémica nesta Casa a respeito da plantação de café quando solicitamos o comparecimento do Presidente do IBC, o qual veio aqui dirimir dúvidas com toda a eficiência, podemos também ter nesta oportunidade fazendo-se possível com V. Exa., um requerimento ao Ministério da Agricultura mais diretamente ao Serviço de Fiscalização e Erradicação do Cancro Citrico, para que visse a esta colenda Casa de Leis para que, desta Tribuna pudesse, ao dirimir nossas dúvidas, fornecer argumento necessário ao povo que espera o esclarecimento, a solução de seus problemas.

Muito obrigado.

O SR. BASÍLIO ZANUSO — Nobre Deputado Quilese Crisóstomo, devo ter sido claro nunca disse ser contrário à fiscalização. Mas, não posso entender essa fiscalização que se faz, principalmente a volante, enquanto a campanha não está sendo efetuada a contento. V. Exa. falou da venda, da comercialização do fumo. Eu estava a questão de dias, no Município de Ingá, — onde V. Exa. disputava a eleição comigo e conheço bem, portanto, — naquela localidade, havia uma camioneta vendendo laranjas, tangerinas produzidas em Municípios do Norte do Estado. Então veja bem, V. Exa., se Ingá está com seus pomares erradicados, no Norte, onde foram produzidas essas frutas, interdito, como se entende isso? É uma pergunta que é feita constantemente por pessoas do Norte, Prefeitos, Vereadores, ou cidadãos comuns: "quando voltaremos a plantar a laranja, o limão?". Daí então dizer à V. Exa. que ninguém pode responder, pelo menos até agora, porque não temos elementos.

Essa a razão de minha presença aqui, porque entendemos que o problema existe, ele está aí, há 7 ou 8 anos que se iniciou a campanha da erradicação. Mas, como fazer entender ao citricultor, ao empregado, ou volante que não tem um pé de laranja, ou de limão em seu pomar porque foi cortado, e não sabe quando virá a plantar. Porque, para isso ele terá que ter autorização do Ministério. Então o problema existe. Não sou contra. O que não posso entender é que se leve com essa morosidade que se está levando. Precisamos por fim a isso encarar o problema como é, principalmente a Secretaria de Agricultura que encontre, encaminhe, se aproxime, vá de encontro ao Ministério da Agricultura, para que juntos, talvez, elaborem convênio. Talvez seja até mesmo interessante ao Estado reassumir o controle da campanha e da erradicação. É preciso que haja, realmente, um objetivo. Senão estaremos, daqui 5 ou 10 anos, impedidos de fazer plantio, na pior das hipóteses, todo o Estado do Paraná também estará impedido.

Sei que a campanha é a mais antipática. Ninguém a recebe bem. O lavrador, o citricultor, não recebe bem o homem de machado nas mãos para derrubar suas laranjeiras, seus limoeiros, e por quê? Porque não está bem preparado, não houve campanha de esclarecimento. É preciso mobilizar o lavrador. Há poucos dias, falei com o nobre Deputado Lázaro Dumont, que para isso será importante a convocação dos Sindicatos Rurais. Câmaras Municipais, Prefeitos Municipais, das empresas para que empenhem numa campanha de esclarecimento. Dizer aos agricultores, o que é cancro citrico e a necessidade de sua erradicação, para termos então a compreensão, o entendimento do lavrador, para que aceite bem. E mais do que isso. ele pode cooperar, pode ajudar essa campanha, para no menor tempo o Paraná possa realibitar e fazer como São Paulo e Estado do Rio. Quantos Municípios do Estado do Rio e São Paulo têm sua principal economia na produção das frutas cítricas. O Estado do Paraná tem clima e terras ótimas para isso. É preciso que chegue ao fim, para alcançarmos o objetivo da campanha. Há essa necessidade. Repito, é antipática, ninguém a quer, ninguém a recebe bem. Entretanto, é preciso que vá ao encontro do agricultor, cheguem lá no interior, nos sítios e fazendas, os esclarecimentos, dizendo da necessidade de levar essa campanha ao interior.

O Sr. Quilese Crisóstomo — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Talvez não me fizesse entender, ou V. Exa. não tenha tido sorte de ser bem claro. Mas, entendi que V. Exa. discorda do rigor da fiscalização. Mas agora já não sei de que lado V. Exa. se encontra, porque quando do início, o rigor da fiscalização era seu tema que ela deva ser educacional eu concordo, mas V. Exa. agora está achando a campanha deficiente. Ela não pode ser rigorosa e deficiente ao mesmo tempo. Se V. Exa. viu algum carro vendendo frutas cítricas em Ingá e disse que a fiscalização é rigorosa e confessa mais adiante que não temos capacidade técnica para julgar, porque estão vendendo essas frutas, ou me perdi ou V. Exa. se perdeu completamente. Evidentemente, se a fiscalização é rigorosa, se o Ministério da Agricultura estava atuando de maneira excessiva, coercitiva e hoje está havendo liberação na venda das frutas no Município que V. Exa. citou, é bem provável que tenha sido com aquiescência do Ministério de Agricultura, a menos que V. Exa. me perdoe, era clandestina a venda das frutas. Queremos a comercialização dos frutos sadios e V. Exa. não está ainda preparado para analisar e julgar a capacidade de um fruto que está sendo vendido. Motivo pelo qual reafirmo e volto ao ponto básico, para que possamos dirimir as dúvidas. Estarei consigo nessa meta deveremos chamar aqui um técnico do Ministério da Agricultura para perguntar porque estão sendo vendidas frutas em Inajá. Discordo mais uma vez de V. Exa. quando diz que não foi feita ação educacional paralela à ação coercitiva; recebi do Ministério da Agricultura orientação aproximada de qual seriam as características do cancro citrico, cheguei a erradicar alguns pés de laranja de terrenos que tenho nas imediações de Curitiba. Mas não posso con-

cordar com V. Exa. quando afirma que não foi feito trabalho educacional paralelo com ação coercitiva, rigorosa.

O SR. BASÍLIO ZANUSO — Nobre Deputado Quielise Crisóstomo, lamentavelmente percebe que V. Exa. não quer entender, porque disse de início que a campanha de fiscalização não corresponde a verdade, não disse do seu rigor de alcançar os objetivos, e não acreditou na fiscalização do cítrico volante. Disse a V. Exa. e aos nobres Pares, como exemplo que, em Municípios onde sofreu erradicação, recebe hoje e talvez não seja só ele, frutos produzidos por área interdita; daí, a ineficiência da campanha.

V. Exa. fala-me em técnica, que não temos condições técnicas para discutir sobre o assunto; concordo perfeitamente com V. Exa., não sou técnico em campos cítricos, em citricultura, não entendo de doença cítrica — entendo de pomar, entendo que, em Municípios que conheço onde há propriedades com pomares novos em franca produção, hoje resta deles apenas cercas. E o lavrador não tem o entendimento que tem V. Exa. em engenharia, política, Deputado homem de convivência sempre de Capital, relacionado com as coisas públicas do Governo. O lavrador tem um outro entendimento, Deputado.

Então não estou aqui para dizer do rigor ou não da campanha, do controle da campanha, eu digo que ela é vazia, que existe como poderia não existir, da forma como vem sendo feita a erradicação em si. Como se vai fiscalizar o transporte quando não se leva a efeito a campanha, principalmente a básica que é o que? — De erradicar as laranjeiras, os pomares dos Municípios, para habilitá-los dentro de um espaço de tempo de 3. 4 anos, ao seu replantio? Agora decorrem, 5, 6, 7, 8 anos aí vem a rebrota e ninguém cuida da rebrota, e vem a venda do fruto. Continua assim e não há um caminho, não há uma palavra de ordem, de garantia. Em determinado tempo voltaremos a plantar.

É isto que eu quero dizer. Não pode efetivamente haver uma campanha de controle, quando basicamente não se faz...

O Sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Deputado Basílio Zanusso, permito-me, sem querer fazer neste momento separação de princípios políticos dentro desta Casa, registrar em nome de nossa Bancada, o integral apoio a V. Exa., pela exatidão e brilhantismo do discurso que V. Exa. está proferindo sobre matéria tão importante para a vida do Estado do Paraná.

Confesso a V. Exa., que até certo ponto não é com pouca surpresa que ouço as palavras de V. Exa., por refletir uma crítica corajosa ao mais importante setor do Estado, que está no abandono.

Esta é a realidade, V. Exa. diz muito bem, principalmente considerando-se que o Sr. Governador do Estado traçou como meta fundamental de seu Governo, a criação no Paraná, o estabelecimento do Paraná de um polo agro-industrial, e a laranja, o limão, as frutas cítricas são produtos básicos também para a indústria, devem forçosamente estar incluídas nesse plano do Governo. E o que é que nós temos visto? V. Exa. traz neste relatório de sete ou oito anos de combate ao cancro cítrico, afirmações que dizem bem da negligência da Secretaria da Agricultura para com o problema. Veja V. Exa. que hoje não só em Inajá mas posso afirmar que em Araporças, estão se plantando laranjas, especificamente limoeiros, sem que o problema seja resolvido.

O lavrador está voltando a plantar, para dentro de um mês ou de uma semana, os enviados do Ministério da Agricultura, possivelmente, venham fazer a erradicação destes pés de árvores frutíferas. Consequentemente, quero prestar a V. Exa. estes dados, como prova inofensível da ausência absoluta de esclarecimento ao lavrador, não porque o Ministério de Agricultura faça como o IBC com relação à ferrugem dos cafeeiros, através de folhetins ilustrados, às vezes caríssimos, coloridos que só nós podemos ler, o lavrador não lê. Mas o que há realmente, como diz V. Exa., é a necessidade de reuniões com os lavradores, para que sintam o problema, porque não estão sentindo hoje também o problema da ferrugem dos cafeeiros. Enquanto os cafeeiros não saíram e não desaparecerem através da ferrugem a grande maioria dos cafeicultores não acredita no perecimento da sua árvore. É uma verdade que V. Exa. sente no contato com os lavradores. O que tem feito a Secretaria da Agricultura? Que tem feito o Ministério da Agricultura? O que fez o IBC? Se não propagandas em reuniões de cúpula a propósito do problema? Por isso, quero louvar em V. Exa., o desprendimento e até certo ponto a coragem de V. Exa., de levantar o problema desta natureza nesta Casa. V. Exa. está agindo acima de tudo com os olhos voltados para o Paraná, está sentindo a negligência, os efeitos da negligência do setor agrícola de nosso Estado. Muito obrigado.

O SR. BASÍLIO ZANUSO — Nobre Deputado Muggiati Filho, nós que conhecemos e acompanhamos de perto o trabalho de V. Exa. nesta Casa, é com nenhuma surpresa que ouvimos as suas palavras. Porque temos ouvido V. Exa. como um cidadão, como um homem de bem que traz para a Assembleia, problemas, sugestões ou soluções não só do aspecto político-partidário mas acima de tudo de um ilustre parlamentar, de um homem que procura com sua inteligência sobejamente conhecida por todos nós, dar ao Paraná, emprestar ao Governo do Paraná, mesmo na oposição, o brilhantismo da sua capacidade. Muito obrigado.

O Sr. Quielise Crisóstomo — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). É lamentável que me propus de início estar a seu lado no que tange o problema do cancro cítrico, venha aqui agora de maneira quase que rigorosa discordar de V. Exa. porque agora está claro o seu objetivo, que além de fazer demagogia política, dizendo que está ao lado do proprietário de pomares, V. Exa. procura em paralelo atingir e de maneira violenta o Ministério da Agricultura e é meu entendimento, indevidamente. Porque eu estou dizendo que conheço e posso provar, o trabalho que o Ministério da Agricultura fez no setor da erradicação do cancro cítrico. E com que carinho me proponho, como comprovação da veracidade das minhas palavras, que não sejam válidas as minhas declarações mas sim, do técnico que vou trazer nesta Casa, para dizer do trabalho eficiente porque não pretendo fazer demagogia em cima de um trabalho público, que deu do seu suor, do seu minguado ordenado, uma orientação, com os poucos recursos, que pode ser verdade, que tivera do Ministério. Mas não quero subir em cima de um trabalho laborioso, e nem fazer disso um pedestal para a minha promoção política.

As suas afirmações são indevidas, porque V. Exa. não pode provar desta Tribuna que as frutas vendidas em Inajá são procedidas de zonas condenadas. Porque V. Exa. disse no início e está nas notas taquigráficas que V. Exa. não podia dizer donde vieram estas frutas. Pode dizer que vieram de zonas condenadas mas não pode dizer que não vieram liberadas pelo Ministério da Agricultura, para cobrir uma região condenada e que evidentemente não dispõe de frutas suficientes para o abastecimento.

E quero fazer referência ao aparte do Deputado Muggiati Filho, brilhante representante da Bancada Emedebista, que também devem ser improcedentes as suas afirmações. Porque assim como V. Exa. disse que não sabe o que está acontecendo com a fiscalização do Ministério da Agricultura, no que tange à erradicação do cancro cítrico, no Paraná, V. Exa. nobre Deputado Muggiati Filho, não pode garantir que estas mudas que estão sendo plantadas hoje não

vão ser erradicadas amanhã. Poderia garantir se V. Exa. pudesse me afirmar que está a par da planificação do Ministério da Agricultura. V. Exa. iniciou dizendo que não conhecia o critério do Ministério. E não queria V. Exa. garantir que estas frutas que estão sendo plantadas vão ser erradicadas.

Quero dizer que as minhas palavras não serão de contestação a V. Exa. mas não vou permitir que V. Exa. faça promoção política encima de um trabalho laborioso que eu acompanhei de perto; não porque eu vi falar, não por informações.

Muito obrigado.

O SR. BASÍLIO ZANUSO — Nobre Deputado Quielise Crisóstomo. Entendi de início o interesse de V. Exa. em nossas palavras, quando disse — o problema não é meu; não é do Ministério apenas; não é dos Srs. Deputados; o problema é acima de tudo, paranaense; de todos nós.

V. Exa. diz que venho aqui fazer média política; demagogia política, em prejuízo, em detrimento dos Funcionários do Ministério que emprestam a sua inteligência, o seu trabalho, o seu esforço nesta campanha; não é intenção e nem disse dela; que tenho, Sr. Deputado, além do convívio constante no interior, tenho elementos fornecidos por técnicos do Ministério, de Municípios erradicados, a erradicar; em revisão, em levantamento e suspeitos. Eu também tenho contactos quase constantes com altos funcionários e jamais critiquei a um deles sequer um dia. O que venho dizer aqui é público; que o Paraná, que nós e principalmente a Secretaria da Agricultura deve aproximar-se do Ministério, para juntos, Ministério e Secretaria do Estado, acharem um caminho encontrarem uma solução adequada para atingir o objetivo da campanha, a prazo mais curto. Porque ao que nós estamos enchergando, nobre Deputado é que esta campanha não terá fim. Da maneira como está sendo feita, da maneira morosa com que se a faz, não chegaremos ao fim. Não se sabe se daqui a cinco, oito ou dez anos essas regiões interditas poderão voltar a ter seus pomares.

Nunca passou por mim nenhuma intenção de criticar os funcionários do Ministério. Eles têm poucos recursos, as viaturas já estão velhas, quer me parecer que ainda são as primeiras recebidas. Fazem o que podem, mas faltam recursos, elementos, inclusive humanos para se levar a esta campanha a eficiência que julgamos muito importante.

O Nobre Deputado Muggiati Filho dissera do problema de nosso café, que está ameaçado pela ferrugem, pela broca e pelas intempéries, que abalam a nossa economia em muito. Mas, de outro lado, é de importância também, talvez da mesma forma, a produção de laranjeiras e limoeiros, se produzirmos a prazo curto, quantidade maior.

Dou um exemplo. Nova Esperança produziu a "poncan" que se vendia mais no Estado de São Paulo ou especificamente na Capital, e as Cooperativas de Nova Esperança estavam mantendo gestões para a exportação da "poncan" produzida em nossa região. Então quero dizer da importância econômica e da importância social que tem o assunto. E esta é a razão, este é o motivo de minha presença. Não vim criticar. Não se pode negar com minhas palavras, que constam aí, que estão registradas, que por intermédio da Secretaria da Agricultura deveriam ser tomadas estas providências.

Era tempo de se dizer aos lavradores porque foram cortados os pés de laranja, mas quando poderão replantar. Não quero aqui dirigir críticas a ninguém, nem ao Ministério, nem à Secretaria.

O Sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Não pretendemos estabelecer uma polémica paralelamente ao brilhante discurso de V. Exa., porque, em nosso entendimento, isto seria ferir a própria ética parlamentar, quando V. Exa., com tanta profundidade e conhecimento de causa, aborda o assunto. Convém entretanto, embora me pareça desnecessário porque deve ser do entendimento geral desta Casa, dizer que não estamos tratando tecnicamente do assunto com relação ao cancro cítrico. V. Exa. pode não ser dentista, mas sabe quando está doendo um dente. Sabe também quando tem necessidade de cortar o cabelo, embora não seja barbeiro. Não nos interessa o problema do técnico, mas o problema da economia do Paraná. Falar sobre economia do Estado, sobre interesses do lavrador não é demagogia, é abordar corajosamente um problema. Não é fazer promoção política, é tratar, é cuidar dos interesses daqueles que V. Exa. tão bem representa nesta Casa.

Mas, aproveitando o ensejo, devo dizer a V. Exa. que para se qualificar alguém de demagogo é preciso que se conheça a pessoa, através de sua atuação, de seus atos. Mas, ainda dentro do princípio filosófico que nos devemos orientar no exercício de nossas funções e ra via em si, cada um tem o direito sagrado de cuidar de seu prestígio pessoal, cuidar que seus atos sejam divulgados, inclusive para que, amanhã, V. Exa. possa dizer aos eleitores que os defendeu.

Então, V. Exa., tem todo o direito, como todos nesta Casa, de uma promoção digna, leal, não a promoção subalterna, nem desonesta. É este o ponto que quero ressaltar no discurso de V. Exa.. V. Exa. está se promovendo e tem o direito de se promover. V. Exa., tem o direito de vir à Tribuna e dizer o que está fazendo em favor do lavrador e também, porque não dizer, do Estado do Paraná, cuja economia está em jogo graças a negligência do setor agrícola. E não vai nisso nenhuma ofensa de caráter pessoal. Mas, não está funcionando mesmo o setor do Ministério da Agricultura, e a prova cabal, inegável, inquestionável é a de que o Ministro da Agricultura acaba de renunciar ao cargo e foi substituído. E ele esclareceu, numa carta que muitos entendem como libelo do Ministério da Agricultura que quem tem dinheiro, verba, neste País, é o Sr. Delfim Netto. Os outros Ministérios vivem na dependência do Sr. Delfim Netto. E esta é uma verdade inquestionável que dizemos sem querer nos promover, sem demagogia, mesmo porque não somos afeitos a isso. V. Exa. está defendendo a causa dos lavradores, dos que se dedicam à citricultura, e apenas registrarei, ainda em abono daquilo que afirmo a V. Exa. que não paira nenhuma dúvida quanto ao esclarecimento que V. Exa. nos trouxe. E em visita, ocasionalmente tratando do assunto, porque vi o plantio de algumas lavouras de poncan, de laranjeiras, e indaguei dos lavradores se não havia mais problema algum de cancro cítrico, porque não estou inteirado do assunto. E o lavrador me respondeu que estava plantando no fundo de sua propriedade, porque se essas árvores fossem vistas da estrada, podiam ser erradicadas. Portanto veja V. Exa. que não existe nenhuma informação, nenhuma orientação, nesse sentido. E tal falta de conhecimento poderá ocasionar prejuízos aos lavradores, porque continuam plantando árvores cítricas no momento em que elas deveriam ser erradicadas. Não me cabe afirmar sobre um fato, ou uma orientação que está em jogo neste momento: os próprios interessados não têm conhecimento da orientação do Governo, no setor agrícola.

Ora, se neste momento, os pés que produzem frutas cítricas estão sendo erradicados, é preciso que mesmo os que estejam, sendo plantados agora sem que haja solução definitiva do problema, sem que seja definitivamente erradicada a doença, sejam assistidos porque senão as novas árvores serão conta-

minadas pelo problema do cancro cítrico. De modo que não adianta pretender-se tapar o sol com a peneira. Porque o problema está aí, como V.Exa. bem colocou, trazendo não uma crítica destrutiva, mas construtiva ao Governo. V.Exa. que representa, inclusive, é um dos dignos e ilustres representantes do Partido situacionista, aponta com despreendimento e com argumentação inquestionável da Tribuna que V.Exa. tem honrado nesta Casa, esse problema e o que cabe ao Governo é tomar conhecimento de tudo isso e determinar verbas para a Secretaria de Agricultura. O Ministério de Agricultura, por sua vez, deve obter as verbas necessárias, porque se o Ministério da Fazenda possui veículos de informação, como também possui o Ministério da Educação, através do rádio, da televisão, da imprensa, o Ministério da Agricultura é um dos Ministérios que menos veículos de informações possui, principalmente aqueles que vão ter ao lavrador, notadamente o rádio que é o maior veículo de informações de penetração no interior. Poucos lavradores possuem televisão em suas residências. Mas, pelo rádio, eu que acompanho os programas de rádio no interior, não ouvi até hoje, confesso a V.Exa. qualquer informativo, qualquer matéria mantida pelo Ministério da Agricultura, no sentido de dar informações nesse setor.

Por isso, vamos colocar as coisas no devido lugar, aquilo que é nossa atribuição, acima de qualquer paixão político-partidária. Ninguém visa objetivos políticos partidários, mas apenas o objetivo de melhor servir à administração, servindo ao povo.

Foi uma honra apartear V.Exa. e agradeço a generosidade das palavras dirigidas à minha pessoa.

O SR. PRESIDENTE — Lembro ao nobre orador que só tem 5 minutos para concluir.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Apenas respondendo ao aparte, quero dizer que essas divergências de ponto de vista entre os Deputados Muggiati Filho e Quielse Crisóstomo, são naturais, não só pelo fato de pertencerem a bancadas diferentes, mas há entre ambos e todos os pares desta Casa, é o que tem havido, respeito mútuo. É claro que os pontos de vista muitas vezes se conflitam, se divergem, mas esse respeito tem existido e não gostaria agora, nesta oportunidade, que essa divergência tomasse outro aspecto, porque o objetivo é um só.

Mas apenas ainda gostaria de dizer ao Deputado Muggiati Filho que para satisfação nossa nós vimos hoje, também no "O Estado do Paraná", uma declaração do Sr. Secretário da Agricultura, que dentre outras coisas e outras providências que estão sendo tomadas pela sua orientação frente àquela Secretaria, ele diz da importância do cancro cítrico e se refere a prioridade da atenção daquela Secretaria no combate a esse mal que está em quase todos os pomares de nosso Estado.

Dá, nobres Deputados, eu dizer que minha presença aqui na Tribuna não é apenas com o objetivo de criticar, mas de alcançarmos juntos, não a sensibilidade do Secretário da Agricultura, que não desconhece o problema como já se manifestou, mas queremos alcançar mais, que haja entendimento, a fim de que haja uma solução entre Ministério e Secretaria, porque o problema é paranaense. E digo mais a V.Exa., nobre Deputado Quielse Crisóstomo, antes que termine meu tempo na Tribuna, que me congratulo com suas palavras quando esteve hoje na Tribuna falando sobre a Diretoria da Polícia Civil.

Também foi feliz V.Exa. em trazer aqui o seu voto de prestigiamiento, de solidariedade ao trabalho desenvolvido pelo Dr. Antônio Noronha; é um moço trabalhador, objetivo e inteligente, que agora, no Paraná, que eu tenho conhecimento, pela primeira vez as Delegacias de Polícia estejam recebendo alguma coisa — u'a máquina de escrever, uma escrivaninha, um armário, uma viatura. Só se está verificando no Paraná agora, com a presença do Dr. Antônio Noronha na Diretoria da Polícia Civil, além do tratamento cordial e amigo que ele dispensa aos Deputados desta Casa, como os Prefeitos e Vereadores.

O Sr. Quielse Crisóstomo — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Gostaria de, em rápidas palavras, dizer o seguinte:

Eu iniciei ao seu lado e parece que vou terminar ao seu lado, porque V.Exa. retomou aquele andamento que dera no início do seu discurso. E a minha agressividade foi em função de V.Exa. dizer que eu não entendia, quando foi justamente naquele momento que eu entendi e caracterizei o meu entendimento e fiz aquela declaração.

Queria somente fazer uma referência a mais ao nobre Deputado, que com tanto carinho e respeito nós temos regiões políticas comuns, em partidos de oposição, mas, a nossa amizade extravasa aos problemas parlamentares desta Casa, com o Deputado Muggiati Filho. Me permita V.Exa. que eu diga que, a ação educativa, ela é centrífuga e descendente. Se nós que nos julgamos esclarecidos, que nos julgamos numa posição privilegiada como disse V.Exa. ou se não me engano o nobre Deputado Muggiati Filho, nós não usamos desta posição no momento oportuno, quando não o fez o Deputado Muggiati Filho no momento devido e oportuno, porque entendi que aquele lavrador de Arapongas e o Deputado Muggiati Filho sabiam que estava sendo proibida a plantação da fruta cítrica e no entanto eles permitiram que ela fosse plantada, documentando mais uma vez de que a orientação do Ministério fora dada e era de conhecimento comum do lavrador que estava plantando, e do Deputado que estava assistindo. E a ação educativa do parlamentar falhou, naquele momento.

Não era daqui da Tribuna da Assembléia que deveria ser feita uma acusação ao trabalho do Ministério, e sim, lá, junto ao lavrador, junto ao homem que estava plantando, deveria ser impedido o seu trabalho de plantio. Este é o meu entendimento e este seria o meu comportamento neste episódio e nesta oportunidade.

O Sr. Lázaro Dumont — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento). Lamentavelmente, nobre Deputado Basílio Zanusso, não posso endossar as críticas que V.Exa. faz ao Ministério. Lamentavelmente, porque para mim o único culpado é o Ministério da Agricultura. V. Exa. deve estar lembrado, recentemente, quando o Secretário da Agricultura fez uma visita a esta Casa, num bate-papo informal, informava que no Município de Centenário do Sul, teria duas propriedades, numa o Ministério fez a erradicação, na outra também condenada, não fez a erradicação até hoje, isto faz dez anos.

Se o lavrador não plantar escondido, não vai ter frutas para seus filhos, o que o Ministério deveria fazer é realmente, a erradicação, numa campanha efetiva, ou então que não faça erradicação nenhuma.

Não darei orientação de maneira nenhuma, a um lavrador que quiser plantar um pé de laranjas hoje. Porque eu condeno a atitude do Ministério da Agricultura de não fazer a erradicação e de estar levando o Paraná na conversa.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Respondendo às afirmações do Deputado

Quielse Crisóstomo, com relação ao exemplo que dei, das palavras do Deputado Muggiati Filho, e sem querer com isto defender S.Exa., ratifico agora as do Deputado Lázaro Dumont, dizendo que isoladamente, nenhum Deputado, nenhum Prefeito, nenhum Vereador, isoladamente, poderá atingir os objetivos de esclarecimento a cada um dos Srs. lavradores.

O Sr. Quielse Crisóstomo — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Já entendi qual deverá ser a minha posição. Deveríamos a exemplo do Deputado Muggiati Filho e agora a exemplo do que disse o Deputado Lázaro Dumont, para tristeza nossa, devemos sair por aí, pedindo aos lavradores que plantem, se entendi direito, nas zonas proibidas porque assim poderemos amanhã dizer que o Ministério foi realmente eficiente. Fui funcionário 15 anos e chefe estadual do Serviço de Fiscalização, e entendo que a ação educativa a qual preconizava em comum acordo nobre Deputado, quando inclusive das palavras do Deputado Muggiati Filho, que a educação, para o problema de educação, a agricultura é que deve prevalecer sob a ação coercitiva. Se nós, que nos julgamos com um esclarecimento razoável para aprendermos, não nos propomos a transmitir este aprendizado, então o que é que estamos fazendo aqui? Se nós não somos capazes de levar esclarecimentos aos nossos eleitores que estão errando às nossas vistas. Então o que é que estamos fazendo aqui?

Permitir que ele erre para depois dizer que ele errou, porque não foi fiscalizado? Eu me julgo um fiscal, em qualquer setor de atividade pública. Se eu tenho entendimento, eu serei fiscalizador em saneamento, em engenharia, em medicina, em saúde pública, em Polícia, desde que eu esteja consciente do lado certo da matéria. Eu serei um funcionário público de qualquer setor de técnica poli-valente, para evitar que o pobre lavrador tenha condições que eu tenho, de aprendizado. Ver cometer o erro às minhas vistas, para me fornecer matéria para que eu possa transmitir a minha eloquência nesta Casa de Leis, não foi para isto que vim aqui, foi para evitar sim, que isso aconteça. Sou professor de educação sanitária, de ação educativa, de ação preventiva, sou técnico no assunto de ação preventiva, serei um soldado ao lado seu, e ao lado do Deputado Muggiati Filho e do Deputado Lázaro Dumont, mas se vocês comigo, quiserem ajudar a esclarecer ao povo que não pode receber esclarecimentos, é para isto que estamos aqui. Muito obrigado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Finalizando, nobre Deputado, todos somos fiscais mas os objetivos não podem ser alcançados isoladamente. Sr. Presidente, requeiro a V.Exa. seja encaminhado à Secretaria de Agricultura, cópia do nosso discurso nesta Casa, bem como os apertes oferecidos na oportunidade. — Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Belirati, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 220-70, que autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Normal de grau Colegial em Mariluz. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 220-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de Mariluz, uma Escola Normal de Grau Colegial.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 8-5-73.

(aa) Gilberto Carvalho —
Iris Caldart — Relator
Basílio Zanusso

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 241-70, que cria um Ginásio Estadual no Distrito de Ademar de Barros, Município de Terra Rica. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 241-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica criado um Ginásio Estadual no Distrito de Ademar de Barros, Município de Terra Rica.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 8-5-73.

(aa) Gilberto Carvalho —
Iris Caldart — Relator
Basílio Zanusso

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 272-70, que cria o Ginásio Estadual de Santa Maria, Distrito de Alto Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 272-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica criado o Ginásio Estadual de Santa Maria, Distrito de Alto Paraná, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 8-5-73.

(aa) **Gilberto Carvalho —**
Iris Caldart — Relator
Basílio Zanusso

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando sua substituição na Comissão representativa à reunião da Associação Paranaense dos Cafeicultores, a realizar-se em Londrina, pelo Sr. Deputado Lázaro Dumont. — **Deferido.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Teodoro Keppel. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência, aos Projetos de Resolução n.ºs 19-73, 20-73 e 21-73. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 176-72. **Aprovado.**

O SR. PAULO POLI — (Pela ordem) Sr. Presidente, se não me falha a memória, estes Requerimentos terão duas fases, 1.º a discussão e depois a votação, a não ser os que já foram discutidos em sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE — Em resposta à questão de ordem formulada pelo Nobre Deputado Paulo Poli, quero dizer que o Regimento Interno da Casa, em seu artigo 134 § 3.º, estabelece: "Serão escritos e independem de apoio-

mento e discussão, os requerimentos... Incisos I — II — III — IV — V — VI — VII, de urgência".

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Ministro da Fazenda, solicitando, ao Paraná, liberação imediata das cotas de exportação de milho, em montante não inferior a 1.000.000 de toneladas. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º ... 53-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando Dispensa de Publicação da Redação Final, ao Projeto de Lei n.º 100-72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., no sentido de ser instalada uma Agência no Município de Capitão Leônidas Marques. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Superintendente do Instituto de Previdência do Estado, solicitando informações, no sentido de esclarecer como se procedeu o desconto correspondente a contribuição do I.P.E., das zeladoras recebidas. — **Em discussão.**

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para a próxima Sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado cópia do discurso proferido da Tribuna, na Sessão do dia de hoje, bem como os apartes oferecidos ao mesmo, ao Sr. Secretário da Agricultura. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 14, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 165-71 — 75-72 e 209-72.

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 94-71 -- 135-72 — 211-72 — 16-73 e 37-73.

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 204-70 — 200-71 e 204-72. Levanta-se a Sessão.